



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº: 0328869-3

COMARCA : Recife – 2ª Vara de Execução Penal
AGRAVANTE : Washington Luiz de Barros
AGRAVADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

EMENTA

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO POR CRIME DE ROUBO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR CRIMES POSTERIORES. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. REINCIDÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. COMUTAÇÃO DE PENA COM BASE NOS DECRETOS PRESIDENCIAIS NºS 6.294/2007, 7.046/2009, 7.420/2010, 7.648/2011 e 7.873/2012. NÃO CUMPRIMENTO DE 1/3 (UM TERÇO) DA PENA. INCABIMENTO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO EXIGIDO. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS ESTABELECIDOS NO ART.112, DA LEP. NÃO CUMPRIMENTO DE 1/6 (UM SEXTO) DA PENA REMANESCENTE. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO REJEITADA. UNANIMEMENTE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não merece prosperar a alegação de deficiência de instrução, quando o recurso de agravo vier acompanhado de cópia na íntegra do processo de execução penal. Preliminar rejeitada, à unanimidade.

II – A prática de novo delito após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória caracteriza a reincidência, transmudando o lapso exigido para a concessão do indulto parcial almejado (comutação de pena) de 1/4 (um quarto) para 1/3 (um terço) da pena, lapso temporal não cumprido pelo apenado na hipótese dos autos, o que impossibilita a concessão da benesse e a conseqüente diminuição da sanção.

III – Com a superveniência de condenação no curso da execução pela prática de crimes posteriores, a contagem do prazo para a concessão de benefícios passa a ter como parâmetro a pena unificada, considerando-se como termo inicial do novo período aquisitivo a data da última progressão, tendo em vista que a nossa legislação penal não admite a progressão por saltos, em razão de que se constata que, na hipótese vertente, o agravante não preencheu o requisito objetivo necessário à pretendida progressão prisional, por não haver cumprido 1/6 (um sexto) da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

pena remanescente, ex vi do disposto no art.112, da Lei nº 7.210/84.

IV - Agravo de Execução Penal improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0328869-3 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, **rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso**, e, ainda sem discrepância de votos, **negar provimento ao agravo de execução penal**, nos termos do relatório e voto anexo, que passam a integrar este aresto.

Recife – PE,

23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº: 0328869-3

COMARCA : Recife – 2ª Vara de Execução Penal
AGRAVANTE : Washington Luiz de Barros
AGRAVADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dr^a. Adriana Fontes
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

RELATÓRIO

WASHINGTON LUIZ DE BARROS, que se encontra, presentemente, cumprindo pena na Penitenciária Agroindustrial São João em Itamaracá – PE, em regime semiaberto, cumprindo a pena unificada de 31 (trinta e um) anos de reclusão, requereu o benefício da comutação da pena (fls.03/05), o que fez com fulcro nos Decretos Presidenciais nºs 6.294/2007, 7.046/2009, 7.420/2010, 7.648/2011 e 7.873/2012.

Em consequência da pretendida redução da pena, o agravante aduz fazer jus à progressão do regime carcerário no qual se encontra para o aberto, esclarecendo que, em lhe sendo concedida a comutação da pena, passará a preencher os requisitos objetivos (lapso temporal) e subjetivos (boa conduta carcerária) para a concessão da mencionada progressão.

Por fim, esclarece que foi preso em **19/07/2005**, progrediu para o semiaberto em **04/06/2008**, voltando a ser preso novamente em **06/12/2008**, pelo cometimento de outro delito, vindo a ser novamente beneficiado com a progressão para o semiaberto em **12/06/2013**.

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Regional de Execução Penal da Capital, indeferiu o pedido de comutação da pena, bem assim o direito à progressão do regime carcerário, mantendo o detento no regime semiaberto, ao fundamento de que o agravante é reincidente, não fazendo, portanto, jus ao benefício da comutação da pena ora almejado (fls.11).

Inconformado com a referida decisão, o reeducando interpôs tempestivo Agravo de Execução Penal (fls.13), apresentando suas razões às fls.14/17, onde pede a reforma da referida decisão, ao argumento de que o parecer do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco está equivocado, visto que não lhe foi aplicada nenhuma sanção por falta disciplinar de natureza grave, no período referente aos aludidos decretos presidenciais.

Contrarrazões ministeriais às fls.19/20, em que alega que a decisão agravada se mostra equivocada, tendo em vista que há excesso de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

execução, considerando que o apenado demonstrou ter cumprido o requisito objetivo para a progressão do regime de cumprimento da pena, razão pela qual pede seja o presente recurso julgado procedente.

Às fls.21, o MM. Juiz das Execuções, nos termos do que alude o art.589 do CPP, manifestou-se, mantendo em toda sua integralidade o decisório ora recorrido e, em sucessivo, determinou a subida dos autos à esta Corte de Justiça.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 53/55, da lavra da Dr^a Adriana Fontes, opinou no sentido de, preliminarmente, não ser conhecido o presente agravo de execução penal, e, no mérito, para que lhe seja negado provimento.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 15. 09. 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº: 0328869-3

COMARCA : Recife – 2ª Vara de Execução Penal
AGRAVANTE : Washington Luiz de Barros
AGRAVADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Drª: Adriana Fontes
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

PRELIMINAR – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

A douta Procuradora de Justiça suscita questão prejudicial de mérito, consubstanciada na deficiência de instrução, arguindo a impossibilidade de se conhecer do recurso, tendo em vista que não foi junto ao presente agravo a cópia integral dos autos do processo de execução penal, ressaltando que cabia o recorrente o múnus de juntar todas as peças necessárias ao exame do pedido.

Em suas razões, a representante do *Parquet* aduz que a Procuradora de Justiça que a antecedeu nos autos, havia requerido a juntada de cópia integral do referido processo.

Ao exame dos autos, observo que a questão está superada.

É que, não obstante eventual demora para o cumprimento da diligência requerida pelo órgão ministerial e deferida por esta relatoria, observa-se que já se encontra apensado a estes autos, a cópia integral do processo de execução penal nº 2008.0184.000964-2-2ª VEP), o que possibilita, de forma suficiente, o conhecimento e a apreciação do pleito recursal.

Isto posto, não acolho a preliminar suscitada.
É como voto.

Recife, 23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº: 0328869-3

COMARCA : Recife – 2ª Vara de Execução Penal
AGRAVANTE : Washington Luiz de Barros
AGRAVADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
RELATOR SUBSTº : Des. Odilon de Oliveira Neto

VOTO DE MÉRITO

Trata-se de Agravo de Execução Penal, interposto contra *decisum* oriundo do Juízo de Direito da 2ª Vara das Execuções Penais, que indeferiu pedido de comutação da pena formulado cumulativamente com pleito de progressão para o regime aberto, aduzindo que o apenado ora agravante faz jus ao aludido benefício, em face dos Decretos Presidenciais nºs 6294/2007, 7046/2009, 7420/2010, 7648/2011 e 7873/2012.

Razão não assiste ao requerente.

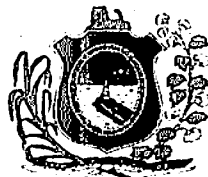
1. Quanto ao pedido de comutação da pena, razão não assiste ao recorrente.

Como sabido, uma das formas de clemência do Estado é aquela concedida pelo Presidente da República aos condenados, por decreto concessivo de indulto coletivo, que pode ser total, que resulta na extinção da punibilidade, ou parcial, ensejando a comutação da pena (diminuição) (art.84, XII, CF).

Anoto que o Conselho Penitenciário e o representante do Ministério Público com atuação no 1º grau, opinaram pelo não deferimento do pedido.

Convém salientar que os Conselhos Penitenciários são órgãos deliberativos, em razão de que seus pareceres têm natureza meramente opinativa, não tendo o condão de vincular o Juízo das Execuções Penais em suas decisões, o que de fato não ocorreu na hipótese vertente. Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. DEPOIMENTO FALSO. INDULTO COLETIVO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO SEM OITIVA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO. DESCONHECIMENTO DE MATÉRIA NÃO ABORDADA NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL ESTADUAL. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E NESTA EXTENSÃO CONCEDIDA. (...) É dispensável o parecer do Conselho Penitenciário quando se tratar de indulto coletivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, concedida. (HC nº 65.308/SP, rel. Min. Jane Silva, Des. Convocada do TJMG, DJ 15/10/2007).

Em que pese tal circunstância, é de se assinalar que o beneplácito presidencial se perfaz em mera expectativa de direito, não sendo, portanto, autoexecutável¹, tanto é que estabelece várias condições a seres verificadas pelo Juiz das Execuções, antes de julgar extinta a punibilidade ou ajustar a execução, diminuindo a pena², a exemplo da comutação ora almejada.

In casu, a defesa do reeducando requereu, em 24/10/2013, a comutação das penas que lhe foram impostas nas duas condenações, nos termos dos Decretos Presidenciais nºs 6.294/2007, 7.046/2009, 7.420/2010, 7.648/2011 e 7.873/2012.

Passo a analisar o pedido, atento aos requisitos objetivos e subjetivos estabelecidos nas mencionadas normas, que concedem o direito à comutação da pena ao condenado à pena privativa de liberdade, não beneficiado com a suspensão condicional da referida sanção (indulto), que, até 25 de dezembro dos respectivos anos, tenha cumprido 1/4 (um quarto) da reprimenda, se não reincidente, ou 1/3 (um terço), se reincidente, e não tenha cometido falta disciplinar de natureza grave nos últimos doze meses que antecederam a publicação das referidas normas.

O presente agravo pretende a reforma de decisão oriunda do Juízo da 2ª Vara das Execuções Penais, proferida nos autos do processo n.º 2008.0184.000964 – 2ª VEP, com arrimo nos fundamentos, a saber (fls.11):

“(…) O réu foi condenado em duas ações:

Primeira condenação perante a 10ª Vara Criminal da Comarca do Recife/PE no processo nº 001.2005.018976-0 à **pena de 14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, por infração ao art.157, §2º, I e II do Código Penal Brasileiro, tendo o delito ocorrido em 17.06.2005 e a sentença prolatada em 22.06.2006, acórdão prolatado em 22.04.2008, com trânsito em julgado em 11.06.2008;

Segunda condenação perante a 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista/PE no processo de nº 0007352-14.2008.8.17.1090, à **pena de 24 (vinte e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, posteriormente reduzida pelo TJPE para **18 (dezoito) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, por infração ao art.157, §2º, I e II e art.329, ambos do Código

¹ MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal, 9ª edição, revista, ampliada e atualizada de acordo com as Leis nºs 12.258/2010 e 12.313/2010 – São Paulo: Saraiva, 2011, pág.361/362

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal, 8ª edição revista e ampliada – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pág.1055



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Penal Brasileiro, tendo o delito ocorrido em 06.12.2008 e a sentença prolatada em 12.02.2010, acórdão prolatado em 20.04.2011, com trânsito em julgado em 16.06.2011.

Com relação à segunda condenação, foi expedida carta de guia informando ser a condenação do réu 16 anos e 06 meses. Ocorre que restou verificado estar o sentenciado condenado a 18 anos e 06 meses, conforme consta no acórdão juntado às fls.248 dos autos.

*Assim, reunifico as penas do sentenciado, estando o mesmo condenado ao cumprimento de pena de **33 (trinta e três) anos de reclusão em regime inicialmente fechado**.*

Foi concedida ao sentenciado a remição de 30 dias (fls.312).

Vale ressaltar que o réu foi sentenciado em mais dois processos, cujas condenações foram cumpridas no processo de execução nº 2001.0184.000500. Tal pena foi extinta em 13.04.2004, conforme consta às fls.272. Assim, o lapso temporal utilizado para fins da extinção referida não pode ser considerado para análise do presente benefício.

Constata-se, pois, que o réu é reincidente, haja vista que houve nova condenação após o trânsito em julgado de sentença condenatória anterior, conforme o art.63 do Código Penal Brasileiro. O Conselho Penitenciário e o representante do Ministério Público manifestaram-se desfavoravelmente ao pedido do sentenciado.

Preso em 19.07.2005, progrediu ao semiaberto em 04.06.2008, preso em 06.12.2008, progrediu ao semiaberto em 12.06.2013, estando em reprimenda desde então, constata-se que irá cumprir 1/3 de sua pena, vez que é reincidente, em 18.07.2016, não fazendo jus à comutação de pena. Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, acolho os pareceres do Conselho penitenciário e do representante do Ministério Público, pelo que INDEFIRO o pedido (...)."

*Cuido que, na hipótese vertente, o requerente é reincidente, e cumpre pena unificada de **33 anos de reclusão**, em regime inicialmente fechado, por força de duas condenações, ambas pela prática do delito capitulado no art.157, §2º, I e II, do Código Penal, e a segunda também pelo cometimento do crime de resistência, com término de cumprimento aprazado, em princípio, para **18/06/2038** (fls.11).*

*Consta dos autos que o detento **foi preso em 2005**, em face da prática do delito de roubo qualificado, pelo qual foi condenado à pena de **14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, mediante sentença proferida em 22./06/2006, que transitou em julgado em 11/06/2008, em decorrência de que não havia, até dezembro de 2007, cumprido 1/3 (um terço) da referida reprimenda, razão pela qual não faz jus aos benefícios do Decreto Presidencial nº 6.294/2007.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Impende salientar que, o apenado, que havia progredido para o regime semiaberto em 04/06/2008, **regrediu ao regime fechado a ser preso em flagrante 06/12/2008**, cometendo outros delitos, que resultaram em nova condenação (12/02/2010), na qual lhe foi aplicada a pena total de 24 (vinte e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, reduzida por este TJPE para **18 (dezoito) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em face de acórdão prolatado em 20/04/2011, que transitou em julgado em 16/06/2011.

Considerando que, com nova condenação pela prática de delitos ocorridos após o trânsito em julgado da primeira condenação, o agravante passou a ser considerado reincidente, não ostentando, portanto, condições pessoais necessárias para gozar do benefício de que tratam os **Decretos Presidenciais nºs 7.046/2009, 7.420/2010, 7.648/2011 e 7.873/2012**.

Com efeito, com a elevação do *quantum* a ser cumprido em face da unificação das duas reprimendas imputadas ao condenado, o réu deveria ter cumprido 1/3 (um terço) de sua pena até a data natalícia dos anos que sucederam o segundo apenamento, fato que somente se concretizará em **19/12/2021**.

Dessume-se, pois, que o detento, por não preencher o requisito objeto necessário à concessão do indulto parcial, não merece a pretendida comutação da sua pena, que deve ser considerada no patamar em que se encontra efeito da concessão de outros benefícios.

2. No que diz respeito ao pedido de progressão para regime aberto, melhor sorte não socorre ao requerente.

Como bem salientou a douta Procuradora de Justiça (fls.55), muito ao revés do alegado na inicial, a pena unificada do agravante não é de 31 (trinta e um) anos, mas sim de 33 (trinta e três) anos.

Cumpre esclarecer que, equivocadamente, restou consignada na Carta de Guia o registro de que este Sodalício, ao prover o recurso apelatório, acolhendo a alegação de erro na dosimetria, haveria reduzido a pena total relativa à segunda condenação, que foi de 24 (vinte e quatro) anos e 06 (seis) meses, para o patamar de 16 (dezesesseis) anos e 06 (seis) meses, quando, na verdade, a referida diminuição corresponde somente a sanção aplicada em face do crime de roubo qualificado, que somada a pena imputada em face do outro delito pelo qual o réu foi condenado (resistência), resulta na pena total de **18 (dezoito) anos e 06 (seis) meses**, conforme se vê do acórdão de fls.241/248 (autos em apenso)

Ocorre que, o aludido equívoco induziu a erro o Juízo das Execuções Penais, quando procedeu à primeira unificação de pena em 31 (trinta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
QUARTA CÂMARA CRIMINAL

e um) anos e 06 (seis) meses (fls.251/252, dos autos em apenso), desacerto que foi sanado no âmbito da decisão agravada (fls.11).

Assim, considerando que o agravante está preso desde 19/07/2005, bem como que a última progressão para o semiaberto ocorreu em 12/06/2013, encontrando-se desde então cumprindo a reprimenda no referido regime carcerário, o réprobo deverá cumprir 1/6 (um sexto) da pena remanescente (25 anos e 06 dias) para progredir para o regime aberto, o que, provavelmente, ocorrerá em 12/08/2017.

Ante o exposto, em consonância com o entendimento externado pela douta Procuradoria de Justiça, voto pelo improvimento do Agravo, para manter incólume a decisão agravada.

É como voto.
Recife,

23/09/2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator Substituto